

FOCCOSP

Fórum de Combate à Corrupção do Estado de São Paulo



A QUESTÃO DA PROVA

Nos delitos cometidos por organizações criminosas contra o Estado

Controle Judicial da Ação Administrativa

- Poder Judiciário – inerte – **no controle da moralidade pública** - pode ser provocado por ação judicial promovida por:
 - 1) cidadão – ação popular - Lei 4.717/65;
 - 2) Estado e Ministério Público – ação civil pública por improbidade administrativa (Lei 8.429/92 c.c 7.347/85) e ação pela lei anticorrupção empresarial (Lei 12.846/13);
 - 3) Ministério Público – ação penal (art. 317 e 333 do CP)

Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

- Fundamento na **CR – art. 37, §4º** - previsão de **penas**, independentemente da responsabilização penal, para quem cometer atos de improbidade
 - 1) Suspensão de direitos políticos;
 - 2) Perda da função pública;
 - 3) Indisponibilidade de bens;
 - 4) Ressarcimento do erário.

Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

- **Penas** previstas na LIA:

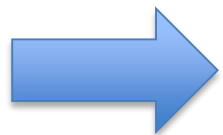
5) Multa civil;

6) Proibição de contratar com a AP ou receber benefícios fiscais ou creditícios;

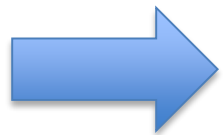
Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

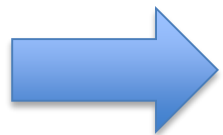
- Condutas tipificadas – rol exemplificativo



Enriquecimento ilícito (art. 9º, LIA)



Prejuízo ao erário (art. 10º, LIA)



Violação a princípios da AP (art. 11º, LIA)

Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

Questão da Prova





Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

- **Processo – art. 17**

 **medidas cautelares** – fumaça do bom direito e perigo da demora

 sequestro de bens (art. 16)

 afastamento da autoridade (§ú, art. 20)


 “impossibilidade” de **acordo** (§1º)

Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

- Processo – art. 17

 denúncia anônima - §1º, art. 14 x 13.2
Convenção de Mérida

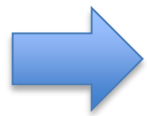
 realização de prova técnica – perícia –
art. 18 da L. 7.347/85 // art. 91, §1º e 2º NCPC

Ação de Improbidade Administrativa

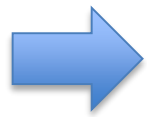
Lei 8.429/92

- Julgamento

– critérios de valoração da prova



autoria indireta



delitos comissivos por omissão

Ação de Improbidade Administrativa

Lei 8.429/92

- Julgamento

– critérios de valoração da prova



condenação por indícios?

Perspectivas?



Obrigado!!!



Alexandre Jorge Carneiro da
Cunha Filho
acunhafilho@tjsp.jus.br